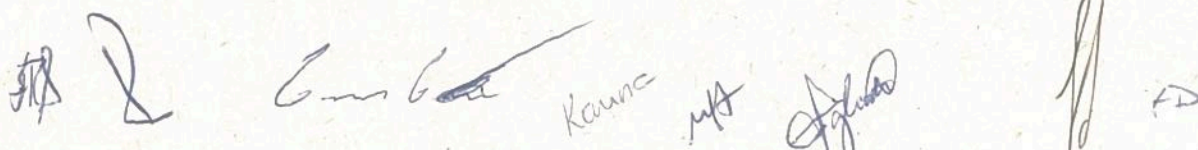


1 **ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS DO**
2 **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO –**
3 **CÂMPUS SALTO.** Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito,
4 realizou-se a vigésima quinta reunião ordinária do Conselho de Câmpus
5 (CONCAM), na sala 300 do IFSP – Câmpus Salto, com início às quatorze horas e
6 oito minutos, sob a presidência de Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza, e
7 com a presença dos conselheiros: Anderson Jean Delconte, Fábio Lumertz Garcia,
8 Felipe Gustavo Leite Cordeiro, Fernanda Romanezi da Silveira, Francisco Diego
9 Garrido Silva, Guilherme Marciano Gonçalves, Matheus de Oliveira Ginna, Paulo
10 Henrique de Paula e Ricardo Zani. Ausências justificadas: José Carlos Grigoletto e
11 Solange Floriano Penteado Costa. Ausências injustificadas: Paulo Takeyama.
12 **ABERTURA DA REUNIÃO:** A Presidente Karina Ap. de Freitas Dias de Souza iniciou
13 agradecendo a presença de todos. **I. EXPEDIENTE: 1. Aprovação da ata da reunião**
14 **anterior de 09/05/2018.** A ata foi aprovada e houve a coleta das assinaturas. **II.**
15 **ORDEM DO DIA: 1. Informes:** Karina informou sobre a palestra do Prof. Márcio
16 Pochmann que acontece hoje no câmpus, às 19h. **2. Alteração do calendário**
17 **acadêmico em conformidade com o Comunicado 01/2018 DAE-SLT:** Com
18 **autorização unânime dos conselheiros,** Karina passou a palavra para Bruna
19 Lammoglia, Diretora Adjunta Educacional, que explicou sobre a necessidade das
20 alterações já apresentadas no comunicado 01/2018 em virtude da suspensão do
21 calendário nos dias 28, 29 e 30/05. Para reposição dos dias letivos, serão
22 acrescentados os dias 16/06 (sábado), 23/06 (sábado), e 29/06 (sexta) que seria
23 reavaliação, sendo que esta passa para 02/07, com entrega das notas alterada de
24 28 para 29/06. Fabio Lumertz Garcia disse que as datas propostas são todas pós
25 reunião do CONCAM, portanto a divulgação do comunicado deveria ter aguardado
26 a aprovação da alteração do calendário pelo Conselho. Bruna explica que fez o
27 comunicado rapidamente pois estava sendo bastante questionada sobre isso.
28 Explica que a reposição deve atender às três condições obrigatórias: 200 dias
29 letivos; carga horária mínima e garantia de conteúdo previstos no PPC. Fabio,
30 falando em nome dos três conselheiros do segmento docente, pede que seja
31 acrescentado ao calendário o 4º Festival de Música IFSP Salto sob
32 responsabilidade da Profa. Cândia Alves no sábado 26/05/2018, bem como a 3ª



33 Competição de Robô Resgate – Grupo de Robótica sob responsabilidade dos
34 professores Érico Pessoa Félix, Fabíola Tocchini de Figueiredo Kokumai e Nilson
35 Roberto Inocente Júnior no sábado dia 16/06/2018. Com as sugestões do Fabio a
36 serem acrescidas, a alteração do calendário foi aprovada por unanimidade. Fabio
37 também solicitou que seja dada a orientação de que as reposições de aulas aos
38 sábados sejam obrigatórias apenas para os docentes que não tenham feito o
39 lançamento em seus diários da quantidade mínima regulamentada do número de
40 encontros para cada curso, a saber, 20 aulas para componentes curriculares de
41 uma aula semanal, 40 aulas para componentes de duas aulas semanais, 60 aulas
42 para componentes de três aulas semanais e 80 aulas para componentes de 4 aulas
43 semanais. A DAE afirmou que isso será analisado junto aos Coordenadores de
44 Cursos. **3. Regulamentação para utilização dos laboratórios:** Karina enfatiza que
45 essa regulamentação é uma demanda antiga, assim como suas discussões. O
46 Conselheiro Guilherme Marciano Gonçalves afirma que a norma vigente não se
47 aplica a nossa realidade de uso e práticas nos laboratórios. Solicita que a Nayari
48 Marie Lessa apresente o documento, que é consentido por todos. Nayari fez um
49 breve resumo dos trâmites de divulgação e discussão ocorridos com a
50 regulamentação apresentada, e suas idas e vindas através de e-mails e
51 apresentações em reuniões de coordenadores da DAE e de coordenadores gerais.
52 Também afirma que as sugestões do Reinaldo Batista Leite, enviadas por e-mail,
53 serão acatadas em sua maioria. Karina parabenizou a iniciativa e o empenho na
54 confecção do regimento e abriu a palavra aos conselheiros. Francisco Diego
55 Garrido Silva afirma que, ao ouvir a intensa tramitação do documento discorrida
56 pela Nayari, não entende o motivo da área de informática não ter tido a
57 oportunidade de discutir a questão. Por isso, e por ser um documento extenso e
58 detalhado, pede para protelar a votação da aprovação no CONCAM para a próxima
59 reunião, pois precisa levar o documento à área, para análise e discussão. Karina
60 diz estar preocupada com a dificuldade percebida nas divulgações e
61 representatividade dos coordenadores junto aos seus coordenados. Nayari explica
62 que o ideal seria iniciar o semestre com as novas regras, e a próxima reunião do
63 CONCAM acontecerá apenas em agosto. Fabio acha relevante a colocação do
64 Diego, e acredita ser necessária a discussão sobre a figura do responsável pelo

APJ

2

Guilherme

Karina

MS

X

65 laboratório, contida no documento, que em sua opinião está em sobreposição à
66 figura do coordenador de curso, que é responsável pela carga patrimonial.
67 Reinaldo Batista Leite pede a palavra, que é concedida por todos, e afirma que na
68 área da Indústria também não houve ampla discussão e divulgação, motivo pelo
69 qual enviou suas sugestões apenas agora. Karina acha pertinente a colocação do
70 Fabio sobre o papel do responsável pelo laboratório, e acredita que isso já
71 inviabiliza a aprovação na data de hoje. Sugere uma reunião extraordinária com
72 pauta única. Fernanda Romanezi da Silveira não vê problema em adiar a votação,
73 mas questiona a garantia de que a discussão terá a participação de todos os
74 professores. Acredita que as reuniões ficam sobrepostas às quartas-feiras,
75 causando conflito de horários e perda de muitas discussões. Fabio acha inviável
76 uma reunião extraordinária ainda neste semestre pela grande quantidade de
77 trabalho que o momento de final de semestre exige, o que, na prática, dificultaria
78 a presença dos docentes na discussão. Afirma que não estamos desprovidos de
79 regulamento, mesmo não sendo o ideal. Diego entende que esses procedimentos
80 impactam a todos, inclusive aos alunos, e pode ser o momento dos representantes
81 discentes presentes levarem aos colegas para contribuições. Karina entende que
82 o documento apresentado já sofreu alterações com a inclusão das sugestões do
83 Reinaldo e concorda com a revisão da figura do responsável pelo laboratório, por
84 isso propõe que seja feita outra minuta e que esta seja enviada a todos os
85 servidores e aos conselheiros discentes, e depois volte ao CONCAM para
86 aprovação. Após várias colocações sobre a figura do responsável pelo laboratório
87 e sua questão hierárquica, procedimentos de reserva de laboratórios e divisão do
88 documento, o encaminhamento dado foi da prorrogação do prazo para confecção
89 de nova minuta e envio para discussões gerais, que serão efetuadas nos
90 momentos oportunos de cada segmento e curso. Reinaldo Leite pede a palavra,
91 que é concedida por todos, e sugere o compartilhamento da agenda de reuniões
92 dos coordenadores para que os professores possam ter a oportunidade de
93 conhecer os assuntos que estão sendo tratados. Karina anotou a sugestão para
94 tentar viabilizar junto à DAE. **4. Balanço da aplicação da Resolução 121/2015 no**
95 **primeiro semestre de 2018 e proposta de regulamentação interna:** Karina solicita
96 a presença do Prof. Reinaldo Leite para expor sobre o documento a ser analisado,

Karina
mt

F2

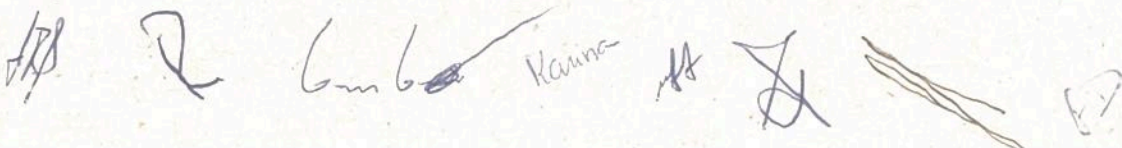
97 o que é aprovado unanimemente pelo conselho. Fabio registra que, por ser
98 Conselheiro e membro da CAAD, o relator poderia ter sido o Diego. Ricardo Zani
99 acha que esta proposta de regulamentação interna é regulamentar sobre o que já
100 está regulamentado. Karina explica que a Resolução em vigor prevê, em seu art.
101 24, que casos omissos sejam solvidos pelo CONCAM. Zani não vê necessidade de
102 tantas subregras. Karina diz q a CAAD está avisando o CONCAM que existem casos
103 omissos, e espera que este produza uma regulamentação sobre esses casos.
104 Reinaldo Leite lê o art. 23 e 24 da Resolução 121/15 que orienta a CAAD a trazer
105 ao CONCAM as dúvidas de casos concretos com difícil resolução por falta de
106 embasamento legal. Sugere a regulamentação para dar dinamismo ao processo da
107 CAAD na análise da carga horária proposta, atribuída e avaliada. Apresenta o
108 documento anexo a esta ata, e começa sua explanação pelo item A, onde afirma
109 que a CAAD não tem condição de avaliar a relevância da formação apresentada
110 pelo docente. Zani acha que o documento é desnecessário e teme por uma
111 fiscalização excessiva. Questiona o motivo de precisar de alguém para analisar sua
112 validade. Acredita que estaremos engessando e compartimentando ainda mais as
113 atividades com estabelecimento de regras sobre regras. Lembra da proposta de
114 uma tabela há algum tempo e do descontentamento geral entre os docentes.
115 Reinaldo diz que está fazendo seu papel enquanto CAAD, e afirma que a resolução
116 da CAAD diz que deve ter análise da justificativa. Fernanda Romanezi diz que há
117 distinção entre formação de aprimoramento pessoal e institucional. Zani afirma
118 que o docente é responsável pelo que coloca no PIT. Karina diz que a CAAD é
119 responsável também pois o homologa. Fabio registra que a CAAD fez um ótimo
120 trabalho e está fazendo sua parte trazendo as dúvidas ao CONCAM. Propõe que
121 se faça um grupo de trabalho no CONCAM, constituído pelos representantes
122 docentes do conselho, consultando os demais docentes a fim de produzir uma
123 minuta de regulamentação e posterior aprovação dos Conselheiros. Reinaldo
124 afirma que está trazendo os problemas e as sugestões de soluções. Diego salienta
125 que o Reinaldo conseguiu sintetizar, no documento apresentado, todas as
126 angústias que os membros da CAAD sentiram durante os trabalhos do semestre.
127 Acha que o CONCAM deve essa resposta à CAAD. Reinaldo continua a exposição
128 com o item B, recomendando que haja dobra de carga e não de linha nas turmas

JRP R G. G. Karina MT X S.D.

129 divididas. No item C, afirma não ter respaldo na lei para pedir a especificação do
130 horário de atendimento nas atividades de apoio ao ensino (aluno, pai,
131 sociopedagógico e coordenação). No item D, sugere a discriminação de dia e hora.
132 No item E, questiona como pode ser comprovada a escrita de livro, e se valeria a
133 autodeclaração. Propôs que publicação de livro deva ser encaminhada à editora
134 do IFSP. No item F não aceitou carga horária com soma maior de 40h, pois seria
135 legítima hora extra. No item G propõe a especificação das reuniões, comissões ou
136 projetos. Item H sugere a apresentação de documentos de comprovação. E por
137 fim, o item I expressa a posição da CAAD neste semestre que foi de propor as
138 alterações ao professor, e quando este não atendeu a CAAD aceitou pela
139 inexistência de respaldo legal para não aprovar. Karina agradece o Reinaldo pela
140 exposição e os Conselheiros concluem que há pontos bem complicados que
141 necessitam de discussão e elaboração de redação pelo Grupo de Trabalho (GT), e
142 outros que foram bem resolvidos pela CAAD, conforme segue: **Item a) Atividades**
143 **de Formação Continuada:** será discutido pelo GT (talvez pedir a contrapartida e
144 anuência da direção); **Item b) Regência de Aulas em disciplinas divididas:** de
145 acordo; **Item c) Atividades de Apoio ao Ensino:** será discutido pelo GT e tratado
146 pela regulamentação; **Item d) Atividades Complementares (NDEs e afins):** de
147 acordo; **Item e) Atividades Complementares (redação de livro):** será discutido
148 pelo GT (com sugestão de, talvez, limitar número de semestres nesta atividade e
149 depois, como comprovação posterior, apresentar a obra desenvolvida); **Item f)**
150 **Carga Horária Total:** de acordo; **Item g) Agrupamento de atividades na PIT/RIT:** de
151 acordo, com pedido para que a CAAD consiga aumentar a quantidade de linhas;
152 **Item h) Documentação Comprobatórias:** de acordo; **Item I) Homologações em**
153 **casos não previstos para não-homologação:** de acordo. Assim, os conselheiros
154 registram através desta ata que os itens do documento apontados como de acordo
155 (B, D, F, G, H, I) podem embasar a CAAD já nos trabalhos do próximo semestre, e
156 os itens que necessitam de mais análise (A, C e E), serão discutidos pelo Grupo de
157 Trabalho composto pelos três conselheiros docentes titulares, e o documento
158 contemplando os itens discutidos mais a redação dos itens aprovados, entrará na
159 pauta da reunião ordinária de outubro/2018. Bruna Lammoglia pede a palavra,
160 que é concedida por todos, e lembra que a tabela apresentada anteriormente foi

AS R G. G. Karina MT CF H ED

161 bastante discutida e que houve dúvida quanto à sua legalidade, portanto entende
162 que deva ser levada à consulta na Reitoria. Pensa que o único documento das
163 atividades e carga horária do professor é o PIT e o RIT, o que o caracteriza como
164 importante respaldo da atividade docente, e não documento de engessamento ou
165 controle. Outro ponto é que a reunião dos docentes não deve ser enxergada como
166 obrigação pois foi uma conquista dos professores para que tivessem um momento
167 de troca. **5. Regulamentação interna para concessão de Licença Capacitação.**
168 Karina afirma que os servidores, a cada 5 anos de exercício, têm direito a um
169 período de licença capacitação de até 3 meses, seguidos ou parcelados. Como não
170 há regulamentação da Reitoria, é importante que possamos pensar em alguns
171 critérios para sua concessão. Fabio se manifesta concordando com a
172 regulamentação, mas achou a carga horária mínima sugerida para os cursos muito
173 baixa. Guilherme afirma não ser possível realizar um curso presencial de 160 horas
174 do SENAI em 3 meses. Fernanda diz que a capacitação é direito do servidor, e passa
175 pela análise da chefia imediata. Afirma que, em pesquisas a outros órgãos, apenas
176 o de Santa Catarina versa sobre a carga mínima, e não diferencia presencial e a
177 distância. Zani diz que é direito do servidor e não nos cabe legislar sobre a carga.
178 Guilherme diz que também não achou na internet outros órgãos que colocam a
179 carga horária mínima. Fernanda relatou sua própria experiência para a solicitação,
180 afirmando a dificuldade para resolver sobre a carga horária do curso e o período
181 de antecedência para entrega da solicitação. Érico Pessoa Felix pede a palavra, que
182 é concedida por todos, e questiona se a discriminação de carga horária mínima
183 não pode comprometer a direção quanto à competência para legislar sobre. Diego
184 também questiona a necessidade da carga horária mínima. Karina fala sobre sua
185 inquietação em não ter critérios para os pedidos que podem chegar, e sua
186 intenção em enviar à CLN para que eles vejam se está dentro da legalidade.
187 Guilherme observa a retirada do termo Penalidades no art. 11, já que este não as
188 contempla. Fabio pede que questione a CLN sobre a definição do plano anual de
189 capacitação mencionado no item II art. 2º. Edilson Aparecido Bueno pede a
190 palavra, que é concedida por todos, e sugere a inclusão no art. 11 da necessidade
191 da entrega do certificado para envio à Reitoria. Foi deliberado o envio da
192 regulamentação com as alterações solicitadas, que segue anexa a esta ata, bem



193 como o questionamento, no e-mail de envio, da definição do plano anual de
194 capacitação. **III ENCERRAMENTO.** A Presidente Karina Ap. de Freitas Dias de Souza
195 agradeceu a presença de todos e, sem mais, a reunião foi encerrada às dezessete
196 horas e cinquenta e três minutos. E, para constar, eu, Miriam de Almeida Talge,
197 lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será assinada por mim, pelo
198 presidente e pelos conselheiros presentes.

199 Miriam de Almeida Talge Miriam de Almeida Talge

200 Karina Ap. de Freitas Dias de Souza Karina Ap. de Freitas

201 Anderson Jean Delconte Anderson Jean Delconte

202 Fábio Lumertz Garcia Fábio Lumertz Garcia

203 Felipe Gustavo Leite Cordeiro Felipe Gustavo Leite Cordeiro

204 Fernanda Romanezi da Silveira Fernanda Romanezi da Silveira

205 Francisco Diego Garrido Silva Francisco Diego Garrido Silva

206 Guilherme Marciano Gonçalves Guilherme Marciano Gonçalves

207 Matheus de Oliveira Ginna Matheus de Oliveira Ginna

208 Paulo Henrique de Paula Paulo Henrique de Paula

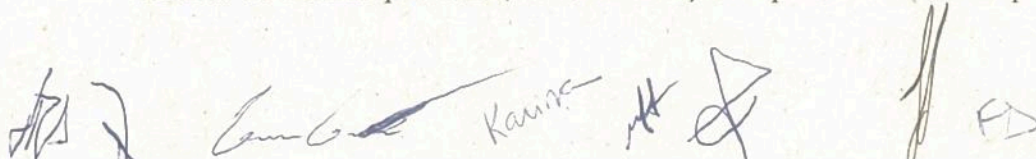
209 Ricardo Zani Ricardo Zani

Balanço da aplicação da Resolução 121/2015 no primeiro semestre de 2018 e proposta de regulamentação interna, a ser apreciada pelo Conselho de Câmpus do IFSP - Câmpus Salto

Como nas resoluções que fundamentam os trabalhos da CAAD (Resolução nº 120 e 121, de 2015) não foram encontradas bases legais para o indeferimento de PITs que, por exemplo, não apresentaram dia e hora de atividades de apoio ao ensino, ou ainda posicionamento da atividade em local inadequado no formulário do PIT, a comissão deliberou pela aprovação dos PITs nesta condição, mesmo havendo sugerido modificação, uma vez que o planejamento da carga horária de trabalho docente foi realizado e indicado no formulário.

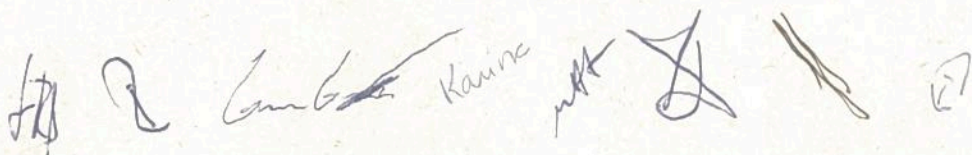
A proposta de regulamentação interna, no que se refere aos procedimentos para o preenchimento e análise da documentação a que se refere as Resoluções nº 120 e 121/2015 envolve os seguintes aspectos (com base no apontamento feito pela CAAD ao analisar os PITs referentes ao primeiro semestre de 2018):

- a) Atividades de formação continuada (inclusive os casos de indicação de Grupos de Estudos): recomendação para que a análise do mérito das propostas de atividades de formação continuada seja realizada por outras comissões ou comitês já existentes no câmpus, como, por exemplo, comissão de projetos de Ensino e de Extensão, comitê de Pesquisa e um comitê para avaliar projetos de natureza representativa/institucionais, uma vez que a CAAD, mesmo que com uma quantidade de membros maior, diferente da forma como está atualmente instituída no Câmpus Salto, não possui competência para analisar propostas de formação continuada em todas as áreas do conhecimento. Tal fato não se verificaria se a CAAD estivesse estruturada por departamento, por exemplo. Para nortear, inclusive a questão da quantidade de horas dedicada a tal formação, a proposta de formação continuada, juntamente com a "justificativa no PIT que demonstre a contribuição do aprimoramento docente para a instituição" e com a carga horária poderia já ser incluída no FPA. Assim, quando do envio do PIT, por parte do docente, este já disporia de uma justificativa referendada pela instituição, em um coletivo que represente ensino, pesquisa e inovação, extensão e administração, permitindo maiores possibilidades de aproveitamento da formação continuada para a instituição. Caso a proposta de formação continuada não seja submetida no FPA, ou esta não venha no PIT acompanhada de uma justificativa referendada pelo coletivo que representa a instituição, a recomendação é que esta proposta e justificativa sejam encaminhadas à direção, de modo que promova uma reunião com este coletivo que representa a instituição e procedam conjuntamente com o deferimento ou não da proposta. Caso a proposta não seja deferida, ou seja deferida com modificações, a indicação é a de que o PIT seja devolvido para adequação;
- b) Regência: nos casos em que uma disciplina tenha sua turma dividida e esta estiver alocada ao mesmo professor, a recomendação é que se adote como procedimento

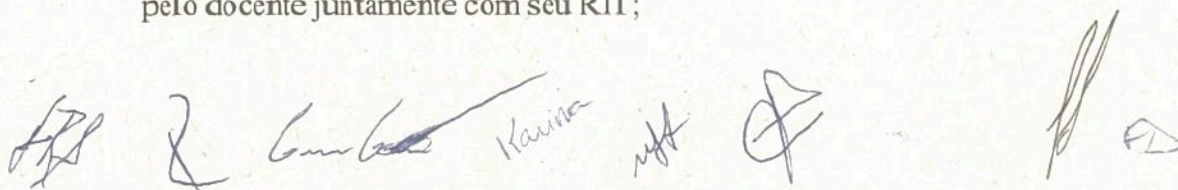
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Karine' and 'FD'.

de preenchimento do PIT e, posterior análise do mesmo por parte da CAAD, a indicação de uma única disciplina, porém na carga horária da disciplina seja incluída a carga horária correspondente às duas turmas. Nos casos em que houver a indicação de duas disciplinas distintas a proposta é que o PIT seja devolvido para adequação. Isso se justifica, pois de acordo com a resolução nº 121/2015, em função da quantidade de horas dedicadas à regência já há uma quantidade igual de horas dedicada à organização do ensino, mas em função do número de disciplinas, o docente pode dispor de horas adicionais (uma hora adicional para cada disciplina, a partir da quinta disciplina listada). Não regulamentando esta questão pode gerar discrepâncias nos preenchimentos e, professores com a mesma quantidade de alunos (em turmas não divididas) poderiam ser tratados de forma distinta;

- c) Atividades de Apoio ao Ensino: a recomendação é a da indicação de dia e hora para todas as atividades que estiverem listadas no quadro de "Apoio ao ensino", uma vez que tais informações podem ser de interesse da comunidade interna (aluno procurando o docente para atendimento, a CSP encaminhando docente para processo de recuperação e/ou reforço, a CAE podendo orientar adequadamente ao aluno que procurar pelo docente para atividade de orientação, os coordenadores dispondo de uma agenda de docentes em horário de plantão para eventuais substituições etc.). Neste tópico surge a necessidade de se definir um procedimento para a indicação de dia e hora para atividades institucionais, como por exemplo, a reunião de professores. A proposta é a criação de uma agenda de reuniões, em horário fixo ao longo de todo o semestre, e que este horário (atualmente às quartas-feiras, das 16h às 18h) seja apontado por todos os docentes do câmpus em seu PIT como Reunião de Professores, sendo vetada a realização de outras atividades neste horário que não sejam relacionadas à reunião de professores. Caso o docente participe de outras comissões e/ou projetos que demandem reuniões, e estas não estiverem contempladas na agenda de reuniões, estas poderiam ser indicadas no PIT, em outra linha no quadro de Atividades Complementares (com indicação de carga horária, mas sem indicação de dia e hora) quando de ocorrência eventual ou no quadro de Apoio ao ensino (com indicação de dia e hora) quando de ocorrência semanal. Contudo o docente não estará dispensado da participação da reunião de professores definida na agenda de reuniões, sendo concedida dispensa apenas em casos submetidos e apreciados pela direção geral do câmpus. Caso o docente não encaminhe seu PIT com o horário de reunião de professores compatível com o horário estabelecido para a agenda de reuniões a orientação é a devolução do PIT com a indicação no parecer da necessidade de correção;
- d) Atividades Complementares: a recomendação é solicitar o enquadramento de participação de Núcleos Docentes Estruturantes no quadro de "Atividades Complementares", uma vez que o quadro de apoio ao ensino prevê Reuniões de NDE, que podem não ocorrer com base semanal, nem apresentar a duração equivalente ao total de horas dedicadas ao NDE. Caso o docente entenda que deve manter "Reunião de NDE" em apoio ao ensino, a recomendação é que o PIT

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Karine" and various scribbles.

- apresente dia e hora para esta reunião, em acordo com o estabelecido no item c. Caso isso não se verifique a orientação é a da devolução do PIT com a indicação no parecer da necessidade de correção;
- e) Atividades Complementares - indicação de escrita de livro: a recomendação é que o pedido seja submetido à editora do IFSP, para que seja emitida uma declaração que possibilite a comprovação da atividade no RIT. Caso não haja interesse da editora do IFSP, a recomendação é que eles emitam uma declaração liberando o docente para firmar contrato com alguma editora, e que esta produza uma declaração que possa ser apresentada pelo docente no seu RIT, comprovando assim sua atividade. Pela natureza desta atividade (podendo gerar alguma receita com direitos autorais ao docente), a recomendação é que caso a editora do IFSP não se interesse pela publicação da obra, a proposta de escrita de livro seja tratada como a atividade de formação continuada, ou seja, o mérito seja avaliado por outras comissões ou comitês já existentes no câmpus, como, por exemplo, comissão de projetos de Ensino e de Extensão, comitê de Pesquisa e um comitê para avaliar projetos de natureza representativa/institucionais, uma vez que a CAAD, mesmo que com uma quantidade de membros maior, diferente da forma como está atualmente instituída no Câmpus Salto, não possui competência para analisar propostas de escrita de livros em todas as áreas do conhecimento, nem aferir qual carga horária o docente deve dedicar para tal atividade;
- f) Carga horária total: a recomendação é a de não permitir que o PIT e o RIT sejam entregues com atividades que excedam a carga horária correspondente à jornada de trabalho semanal do docente (20h ou 40h, dependendo do caso). Caso isso ocorra, a recomendação é a de solicitar a readequação de carga horária ou a retirada de atividades incluídas no PIT e que não apresentem carga horária, ou que o docente tenha indicado carga horária zero ou trabalho voluntário;
- g) Agrupamento de diversas atividades em um único tópico contendo a carga horária total destinada às atividades (por exemplo: Projetos de ensino, pesquisa e extensão; Colegiados, NDEs e Comissões etc.): a recomendação é a de solicitar a separação de atividades em linhas, não permitindo que diversas atividades distintas (participação em diferentes projetos, diferentes comissões ou em diferentes reuniões) estejam indicadas com uma carga horária comum, pois isso dificulta a análise da documentação por parte da CAAD. Caso isso se verifique a indicação é a da devolução do PIT com a indicação no parecer da necessidade de correção;
- h) O caso específico do RIT se refere às documentações comprobatórias para as atividades de Ensino, Pesquisa e Inovação, uma vez que não há as portarias específicas, citadas no artigo 19º da resolução nº 121/2015. Algumas questões relacionadas a estas atividades carecem de regulamentação, mas enquanto tais regulamentações não sejam disponibilizadas, a recomendação é que as Coordenações (de Curso, de Extensão, de Pesquisa e Inovação) produzam as declarações que referendam as atividades dos docentes e estas sejam encaminhadas pelo docente juntamente com seu RIT;



- i) De forma geral, adotar como procedimento de análise, nos demais casos em que alguma solicitação feita pela CAAD não seja atendida e que não foi encontrada base legal para o indeferimento do PIT ou do RIT (falta de regulamentação específica, como por exemplo as indicadas no artigo 1º da resolução nº 121/2015 ou não tratamento da situação no documento apreciado pelo Conselho de Câmpus), deve-se proceder com apontamento da situação no campo parecer, mas proceder com a homologação do PIT ou do RIT.

APR 2 2016
Karine
mtt X